

MARX NAS FRONTEIRAS DO MERCADO MUNDIAL

polêmicas e notas metodológicas

Flávio Miranda¹

Resumo: Este artigo toma partido em uma importante polêmica em torno dos escritos de Marx sobre economias periféricas e (à sua época) pré-capitalistas. Apresentamos nossa posição contrária à defesa de que Marx teria, ao menos durante um período considerável de sua produção intelectual, defendido uma teoria unilinear, determinista, do desenvolvimento histórico. Os argumentos que embasam nossa postura dizem respeito a fundamentos metodológicos subjacentes à obra de Marx como um todo. Há em Marx uma noção de desenvolvimento no sentido ontológico, que reconhece seu caráter contraditório e desigual. Por fim, apontamos para outros aspectos metodológicos que devem ser levados em conta no desafio de ir-se além de *O Capital* para compreender o mercado mundial.

Palavras-chave: Marx; colonialismo; dependência; desenvolvimento; mercado mundial.

Abstract: This paper takes stance on an important debate over Marx's writings on peripheral and (by his epoch) pre-capitalist economies. Our position is contrary to those that advocate that Marx would have had, at least for some period of his intellectually productive life, presented an uni-linear, deterministic, theory of historical development. Our arguments go through methodological foundations underlying Marx's work as a whole. There is in Marx an ontological notion of development that acknowledges its contradictory and unequal character. Last, some other methodological aspects that must be considered in the task of going beyond *Capital* to comprehend world market are pointed.

Key words: Marx; colonialism; dependency; development; world market.

Introdução

Existe atualmente um importante resgate de uma perspectiva teórica que, inspirada em Marx, busca entender as especificidades do desenvolvimento em países periféricos e o seu nexos com o mercado mundial capitalista – a teoria marxista da dependência

¹. A própria palavra “resgate” supõe a existência de uma tradição teórica marxista na periferia do capitalismo da qual apontamos, apenas de passagem, para uma de suas vertentes latino-americanas. Some-se a isso a emergência de movimentos políticos inspirados de alguma forma em Marx ao longo deste e do século passado, muitos dos quais efetivamente vitoriosos no que diz respeito à tomada do Estado (seja pela via insurrecional, como foi o caso, por exemplo, da China, ou pela via eleitoral, como na trágica experiência chilena). Diante dessa retumbante penetração do marxismo, tanto em termos de teoria, quanto de prática revolucionárias, na periferia do capitalismo, uma pergunta fundamental não cala: De que forma Marx tratou em seus escritos as economias periférica (ou pré-capitalistas, à sua época)? Ou ainda: Qual o lugar das economias periféricas (ou pré-capitalistas) na obra de Marx?

Uma questão de tamanha importância não poderia ter deixado de povoar as mentes e trabalhos de importantes teóricos marxistas. Mesmo se excluirmos os muitos estudos sobre economias pré-capitalistas a partir do referencial teórico marxista, temos à disposição uma enorme quantidade de trabalhos que se ocuparam dos escritos de Marx sobre o mundo não-europeu ocidental, da qual a lista que segue corresponde tão somente a uma reduzida amostra: Kohan (2003), Anderson (2010), Aricó (1982), Zea (1983), Dussel (1988, 2012), Neto (2008), Galissot (1986) e Levrero (1979). Em comum, os trabalhos citados apontam corretamente para as limitações que acometiam Marx no que diz respeito à sua herança cultural e aos preconceitos gerais de sua época, que condicionavam a forma como os europeus tratavam da distante realidade do mundo colonial, periférico e pré-capitalista. De fato, Marx, um alemão que nasceu e morreu no século XIX e mal deixou o continente durante a sua vida², não poderia ter escapado por completo ao sistema de crenças em que estava imerso. Apesar disso, todos os autores citados defendem a relevância do legado marxiano para se analisar a inserção periférica no mercado mundial.

Não obstante, avaliam que, ao menos em parte, supostos preconceitos

“eurocêtricos” de Marx explicariam uma parcela significativa de seus escritos sobre economias periféricas. Tais textos estariam contaminados por um determinismo que advoca uma única via para o desenvolvimento histórico dessas economias, de modo que o desenvolvimento econômico no sentido burguês seria a inevitável rota através da qual se poderia forjar a possibilidade do trânsito a uma forma superior de sociedade. Estes escritos contrastar-se-iam com outros, mais ao final da vida do autor, nos quais seria palpável uma perspectiva multilinear e, portanto, não determinista, para o desenvolvimento no mundo não-europeu ocidental.

Assim, dispondo-se cronologicamente os escritos de Marx sobre o que hoje chamamos de terceiro mundo, poder-se-ia perceber, segundo os autores supracitados, uma “ruptura” em seu pensamento a respeito do mundo não europeu e das bases teóricas para a compreensão do desenvolvimento a partir de diferentes contextos sócio-históricos. Sem plena concordância com relação ao ponto exato em que se situaria este “corte”³, os referidos autores trabalham com a noção de que teria existido dois Marx em diferentes momentos da vida do autor: o “eurocêntrico”, cuja defesa política e teórica da necessidade da via única para o desenvolvimento histórico tê-lo-ia levado a até mesmo saudar, de certa forma, o imperialismo britânico; e o “nosso” Marx, capaz de perceber que as diversas formas de inserção no jogo das complexas inter-relações entre países sob lógica do processo de acumulação de capital (o mercado mundial) condicionam o desenvolvimento de cada país e a formação de uma subjetividade revolucionária, criando a possibilidade da superação do capitalismo sem que necessariamente se verificassem as etapas que marcaram o desenvolvimento do capitalismo na Europa ocidental.

A partir da seção seguinte, começamos a exposição dos motivos que nos levam a rejeitar a tese acima exposta. Apresentamos algumas questões metodológicas fundamentais que, acreditamos, devem servir de base para a análise dessas questões, relacionadas à forma como Marx trata a historicidade no âmbito do ser social. Após uma nova mirada sobre alguns escritos de Marx sobre o mundo não-europeu à luz desses posicionamentos metodológicos, adiantamos algumas considerações sobre o modo de apresentação de *O Capital*, uma vez que acreditamos que o entendimento da categoria mercado mundial em seu autor – a forma (necessariamente desigual) de atuação da lei do valor em âmbito mundial – pressupõe sua compreensão. Defendemos a

necessidade de que seja assumida a difícil tarefa da continuação da obra de Marx para a compreensão de todas as complexas questões intermediárias entre a pesquisa empreendida pelo autor em *O Capital* e o mercado mundial. Não podemos começar nossa exposição senão por uma sucinta apresentação dos debates a que fizemos referência acima.

Marx e o mundo colonial/periférico: a tese da “ruptura”

Uma das dificuldades na análise do pensamento de Marx sobre o tema em questão deve-se ao caráter fragmentário de seus escritos a esse respeito. De fato, a maior parte do material disponível corresponde a artigos de jornal, em especial os publicados no *New York Daily Tribune*(NYDT) nos anos 1850, discursos proferidos por Marx em diferentes ocasiões e sua correspondência pessoal. Podem ser encontradas ainda referências esparsas em uma série de manuscritos como os *Grundrisse* e os *Cadernos Etnológicos* – é importante ressaltar que parcela considerável dos chamados estudos etnológicos aos quais Marx dedicou parte considerável dos últimos anos de sua vida ainda não foram publicados, de acordo com Anderson (2010). Entre suas obras acabadas destacam-se as referências encontradas no *Manifesto Comunista*, escrito em colaboração com Engels. No caso de sua obra-prima, *O Capital*, seus objetivos e o modo de apresentação escolhido para descortinar as leis que regem o movimento da sociedade capitalista, como ressaltam Dussel (1988) e Overbeek e Silva (1986), e sobre os quais falaremos mais à frente, não permitiram mais do que menções ocasionais, tanto no livro I (publicado durante a vida de seu autor), quanto nos livros II e III (editados por Engels).

Anderson (2010) argumenta que os textos de Marx sobre sociedades não-ocidentais devem ser considerados como uma importante parte do esforço pela “elaboração de um modelo da estrutura da moderna sociedade capitalista e do potencial para a sua transformação positiva através do movimento pela auto-emancipação da moderna classe trabalhadora” (Anderson, 2010, p. 4). De maneira similar, Kohan argumenta que, apesar da falta de sistematicidade no tratamento do mundo não-europeu, esses escritos não devem ser considerados como puramente circunstanciais, assim como Aricó (1982) assevera que o verbete na *New American Cyclopediasobre* Simón Bolívar revela aspectos importantes da teoria de Marx. Em suma, defende-se que esses textos

devem ser considerados como partes integrantes do *corpus* teórico marxiano, com o que não discordamos. Contudo, não seria igualmente fundamental relacionar esses textos à teoria de Marx como um todo? Em outras palavras: não seria o legado teórico de Marx, cujos aspectos fundamentais tinham sido apresentados já na década de 1840 e foram mantidos e aprofundados até o final de sua vida, o metro adequado para a avaliação desses textos?

A esse respeito é um tanto intrigante a posição de Kohan (2003). O autor reconhece que com apenas 28 anos (em 1846), Marx, na companhia de um Engels dois anos mais novo, rechaçara “los arrogantes intentos que pretendían explicar toda la historia de la humanidad desde un esquema-receta de matriz filosófica universal” (Kohan, 2003, p. 231). De fato, dizem Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*:

Ali onde termina a especulação, na vida real, começa também, portanto, a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens. As fraseologias sobre a consciência acabam e o saber real tem de tomar o seu lugar. A filosofia autônoma perde, com a exposição da realidade, seu meio de existência. Em seu lugar pode aparecer, no máximo, um compêndio dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da observação do desenvolvimento histórico dos homens. Se separadas da história real, essas abstrações não têm nenhum valor. Elas podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sucessão de seus estratos singulares. Mas de forma alguma oferecem, como a filosofia o faz, uma receita ou um esquema com base no qual as épocas históricas possam ser classificadas. (MARX & ENGELS, 2007, p. 95).

É, portanto, enfática e precoce a rejeição de qualquer esquema apriorístico postulante de um desenvolvimento histórico necessário e que, portanto, possa servir como uma espécie de guia para os caminhos que devem ser tomados até que esteja madura a possibilidade da revolução. Apesar disso, Kohan (2003, pp. 232-236) afirma que em 1848, em o *Manifesto do Partido Comunista*, o uso das expressões dicotômicas “civilização” e “barbárie”, para referir-se respectivamente ao mundo capitalista europeu e às sociedades pré-capitalistas (MARX & ENGELS, 2010, p. 44), assim como a afirmação de Marx, em artigo no NYDT, datado de 1853, de que o imperialismo

britânico pela força do livre comércio e do motor a vapor, mais do que pela força das armas, dissolvia a prévia organização social indiana de maneira a constituir-se como “instrumento inconsciente de la historia” (MARX, 1981, p. 25), encerra aquela já descartada filosofia da história que retorna a Marx. Desta forma, Marx teria a esta época

[...] como *presupuesto no expreso pero omnipresente*, la creencia de que esos trastocamientos del orden social interno indio eran algo así como el preludio de una repetición mecánica [...] de los mismos estadios de desarrollo industrial por los cuales había pasado Inglaterra y los países capitalistas más desarrollados (KOHAN, 2003, p. 236[grifos nossos]).

Com alguma similitude, Aricó (1982) defende que é no retorno de um “Hegel supostamente 'superado' que emerge como substrato cultural vivo” (ARICÓ, 1982, p. 91) que reside a explicação para o feroz rechaço de Marx a Simón Bolívar no texto *Bolívar y Ponte* e para o relativo descaso de Marx para com a América Latina, que se expressaria no volume exíguo de textos produzidos sobre o subcontinente.

Ao comparar os textos sobre a Índia com os escritos sobre a Rússia em fins da década de 1870 e início dos anos 80 do mesmo século, Neto (2008) vai além ao afirmar que essas supostas mudanças na visão de Marx “devem ser associadas às concepções metodológicas por ele defendidas no último período de sua vida”, ou seja, não podem ser tratadas como “uma acentuação de aspectos críticos que já estavam presentes nos escritos da década de 50” (NETO, 2008, p. 53).

Marx e o progresso: notas sobre o desenvolvimento desigual

Parece-nos que os fortes posicionamento destes autores devem ser avaliados segundo o legado teórico de Marx como um todo, como indicamos acima. Acreditamos que não se possa falar em uma ruptura nos fundamentos da análise teórica marxiana no que diz respeito ao desenvolvimento histórico e, portanto, à manifestação concreta das legalidades próprias ao modo de produção capitalista (a lei do valor) no mercado mundial. Sobretudo, importa-nos agora argumentar que há em Marx uma noção de progresso no sentido ontológico (antes e depois da suposta ruptura, ou viragem)⁴, que reconhece explicitamente sua marcha contraditória e a relação dialética entre o econômico e o extraeconômico (ou, nos termos mais corriqueiros, “base” e “superestrutura”), de maneira a possibilitar o entendimento do desenvolvimento

econômico desigual em diferentes países inseridos na lógica capitalista.

Começemos nossa argumentação retornando ao primeiro *prefácio* escrito por Marx para *O Capital*. Nestas linhas, o autor estabelece de maneira clara o objetivo de seu livro: elucidar as leis, tendências, que conformam o modo de produção capitalista. A este modo de produção, diz Marx, correspondem relações de produção e circulação (MARX, 2013, p. 78). Uma relação social, como é sabido, define-se apenas em seu movimento de constante reprodução (uma relação que não é reproduzida simplesmente deixa de existir). Assim, o método dialético é forma adequada de conferir-lhe expressão teórica, na medida em que o movimento imanente ao objeto em análise apresenta-se como resolução de sua própria constituição internamente contraditória. Nesse sentido, a dialética para Marx não é o método escolhido dentre outros tantos possíveis, mas uma necessidade imposta pelas próprias características do objeto.

No entanto, como ressalta Lukács, o caráter ininterrupto do movimento não basta para determinar a “concretude específica da historicidade” (LUKÁCS, 2012, p. 341). É preciso reconhecer que esse movimento expressa sempre uma direção, obedecendo a uma determinada conjunção causal que, muitas vezes, só pode ser apreendida retrospectivamente (*post festum*). Essa direção “se expressa em transformações qualitativas de determinados complexos, tanto em si quanto na relação com outros complexos” (*Ibidem*).

Tal historicidade concreta se verifica tanto na natureza quanto nas sociedades. No âmbito exclusivo do ser social, contudo, deve-se reconhecer que da “eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza” – o trabalho enquanto produtor de valores de uso (MARX, 2013, p. 120) – derivam-se, de maneira não teleológica, formas cada vez mais puramente sociais, das quais o valor constitui um exemplo. Há em Marx, portanto, uma noção de progresso que se refere ao crescente domínio do ser humano sobre a natureza, isto é, sua crescente independência com relação às determinações naturais, embora esta nunca possa ser completa. Nas palavras do próprio:

De fato, porém, se despojada da estreita forma burguesa, o que é a riqueza senão a universalidade das necessidades, capacidades, fruições, forças produtivas etc. dos indivíduos gerada pela troca universal? [O que é senão o] pleno desenvolvimento do domínio

humano sobre as forças naturais, sobre as forças da assim chamada natureza, bem como sobre as forças de sua própria natureza? (MARX, 2011, p. 399).

Isso não significa, contudo, que o curso do desenvolvimento em sentido ontológico não seja necessariamente contraditório. É o que Marx faz questão de deixar claro poucas linhas abaixo das que acabamos de citar:

Na economia burguesa – e na época de produção que lhe corresponde –, essa exteriorização total do conteúdo humano aparece como completo esvaziamento; essa objetivação universal, como estranhamento total, e a desintegração de todas as finalidades unilaterais determinadas, como sacrifício do fim em si mesmo a um fim totalmente exterior (*Ibidem*, p. 400).

Por exemplo, se da lei do valor decorre a tendência à diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, isso não implica uma redução da jornada de trabalho. Ou seja, do aumento do domínio humano sobre a natureza, cuja condição reside no desenvolvimento das forças produtivas, não decorre maior tempo para o livre desenvolvimento das potencialidades humanas. Pelo contrário, essa tendência engendra o surgimento de uma superpopulação relativa. Em suma, há em Marx uma noção ontológica de progresso que prescinde de qualquer julgamento subjetivo de valor. “Trata-se da constatação de um estado de coisas ontológico, independentemente de como ele seja avaliado depois. (Pode-se aprovar, deplorar etc. o ‘afastamento da barreira natural’)” (LUKÁCS, 2012, p. 320).

Contudo, para além dessa constatação ontológica, a perspectiva profundamente humanista de Marx constitui a base objetiva para a avaliação desses desenvolvimentos. É tido como favorável o progresso material relativo ao modo de produção capitalista, em comparação com modos pretéritos de produção, apenas na medida em que a superação das formas diretas de dominação social – com a sociabilidade que se caracteriza pela forma abstrata de dominação tipicamente capitalista – cria a *possibilidade* da superação de toda e qualquer forma de dominação, isto é, de uma sociedade sem classes.

Queremos chamar a atenção para o fato de que da mesma forma que o modo de produção capitalista possui uma tendência geral de desenvolvimento, uma historicidade,

o mesmo vale para o movimento histórico em geral, isto é, para a passagem de um modo de produção a outro. Isso não significa de maneira nenhuma que haja uma racionalidade por trás desse movimento geral e muito menos que esses desenvolvimentos históricos ocorram de maneira unilinear. No entanto, a mirada retrospectiva pode ser capaz de reconstituir intelectualmente a gênese ontológica do que veio a ser. Em outras palavras, da perspectiva do presente pode-se entender o passado como processo não teleológico de sua construção. Ou ainda, na expressão sintética de Marx: “A anatomia do ser humano é a chave para a anatomia do macaco” (MARX, 2011, p. 58).

Tanto no caso da historicidade *do* modo de produção capitalista, quanto no de seu próprio caráter histórico (a historicidade *do* modo de produção capitalista), os traços gerais podem ser cientificamente expressos na forma de legalidades que possuem tão somente o caráter de tendências. Assim, a identificação de mecanismos causais subjacentes ao modo de reprodução do ser social, quer seja historicamente delimitado ou tenha validade geral, não implica a certeza da observação futura do resultado que a ele pode ser diretamente associado. Isso quer dizer que essa tendência está em interação com outras tendências, identificadas ou não, que constantemente atuam sobre o objeto.

Deve-se ressaltar agora uma questão que ficou apenas implícita acima. Mediante o intercâmbio com a natureza tem-se no ser social a origem de uma estrutura peculiar. A forma tipicamente humana de reprodução material, o trabalho, envolve a produção de objetividades qualitativamente novas, a partir de certos pressupostos materiais e do conhecimento de algumas propriedades do objeto sobre o qual e com os quais se trabalha, de maneira a apresentar-se sempre com o caráter de alternativa (LUKÁCS, 2012, p. 343). Nas palavras de Lukács:

Essa alternativa, por mais cotidiana e superficial que seja, por mais irrelevante que sejam de imediato suas consequências, constitui, no entanto, uma alternativa autêntica, porque abriga em si, sempre, a possibilidade de retroagir sobre o seu sujeito para transformá-lo (*Ibidem*).

Isto é, se, como já dissemos, os complexos da vida social devem ser reproduzidos, seu movimento vai além da simples repetição do estado dado. Deve ficar claro que apesar do fato de que os atos singulares representam escolhas, sua síntese

realizada pelo próprio movimento social dá origem a conexões causais que fogem à intenção dos indivíduos (por exemplo, a busca pela maior taxa de lucro possível por parte de cada capitalista cria, paradoxalmente, uma tendência à redução na taxa geral de lucro) e ultrapassam a capacidade de sua antecipação teórica. Ademais, os seres humanos não devem ser vistos como os únicos “elementos” da sociedade. A sociedade faz-se “também de complexos parciais que se cruzam, se articulam, se combatem etc. reciprocamente, como é o caso das instituições, das uniões de homens socialmente determinadas (classes)” (*Ibidem*, p. 357). As complexas inter-relações entre classes e as instituições que a correspondem influenciam o processo histórico como um todo, apresentando-se sempre a partir de respostas a situações concretas.

A relação entre a esfera da produção material (i.e., a esfera econômica) e as “forças mediadoras (instituições, ideologias etc.)” guarda uma correspondência, uma vez que o desenvolvimento da esfera econômica impõe limites ao desenvolvimento do ser social como um todo (MARX, 1986, p. 25). Ou seja, a produção material corresponde ao momento ontologicamente predominante, dado “el hecho, tan sencillo, de que el hombre necesita, en primer lugar, comer, beber, tener un techo y vestirse antes de poder hacer política, ciencia, arte, religión, etc.” (ENGELS, 1999). Há, portanto, uma relação condicional. Por exemplo, não pode haver classe social ociosa sem a produção para além da necessidade dos produtores diretos. Assim – continua Engels em discurso proferido no funeral de Marx –, as instituições, ideologias, ideias religiosas etc. devem ser explicadas à luz da produção material, não o contrário.

Construído a partir da crítica à filosofia da história de matriz hegeliana ainda nos anos 1840, o materialismo histórico reconhece o papel fundante da produção material como condição para a existência humana, de modo a representar um esforço teórico em compreender “esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça” (MARX & ENGELS, 2007, p. 33). Contudo, do reconhecimento do caráter prioritário da produção material, em termos ontológicos, não se estabelece uma posição de hierarquia entre a chamada esfera econômica e os demais complexos sociais (como as formas política e jurídica), ou seja, não se postula uma relação de antecedência única, necessária e exaustiva entre o “econômico” e o Estado, por exemplo. Pelo contrário, reconhece-se o caráter mutuamente determinante entre esses diferentes complexos, como queremos apontar.

Assim, da correspondência entre o modo de produção e as “forças mediadoras” não se postula uma relação unívoca, isto é, do “econômico” não se deriva necessariamente uma única forma político-institucional, religiosa, artística, ideológica etc. Como o reconhecimento de um momento ontologicamente predominante não significa a atribuição de hierarquia entre os complexos sociais em um sistema lógico, de forma alguma o materialismo histórico oferece, “como a filosofia o faz, uma receita ou um esquema com base no qual as épocas históricas possam ser classificadas” (*Ibidem*, p. 95). As “forças mediadoras” são portadoras de uma “autonomia interna tanto maior quanto mais desenvolvidas forem, quanto mais aperfeiçoadas forem em sua imanência” (LUKÁCS, 2012, p. 362). Desta forma, da interação complexa entre seres humanos historicamente determinados emergem resultados que não podem ser tidos como necessários *a priori*, para dadas condições sociais, o que não invalida a possibilidade de se apreender retrospectivamente as conexões causais que possibilitaram sua gênese, nem que elas sejam, em última instância, condicionadas pelas leis econômicas.

Com isso nos aproximamos de uma questão fundamental para a análise do mercado mundial: o desenvolvimento desigual. Nas palavras de Lukács:

A grande e multiforme margem de intervenção da casualidade não apenas influi sobre o modo pelo qual são resolvidos alternativas e conflitos, mas penetra bem mais profundamente no decurso global, na medida em que as leis econômicas podem se afirmar – sem alterar o seu caráter fundamental – por caminhos bastante diferenciados, até mesmo opostos, cuja natureza retroage depois sobre a luta de classes, o que por sua vez não deixa de influir no modo pelo qual se realizam as leis econômicas gerais, e assim por diante. Basta pensar, por exemplo, em como o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra e na França teve efeitos totalmente diversos sobre as relações agrárias nos dois países. Disso decorreram formas distintas nas respectivas revoluções burguesas, o que por sua vez contribuiu para produzir no capitalismo dos dois países formas estruturais diferentes (*Ibidem*, p. 363).

Como nos lembra este autor, as indicações extremamente sucintas de Marx sobre o problema do desenvolvimento desigual ao final da *Introdução ao Grundrisse*, advertem que não se pode “conceber de modo algum o conceito de progresso na

abstração habitual” (MARX, 2011, p. 62). Um nível analítico no qual devem ser levadas exatamente as complexas inter-relações sobre as quais falamos em um nível muito geral. Marx aponta, sobretudo, para o fato de que o fenômeno deve ser considerado no âmbito da desigualdade entre desenvolvimento econômico e outras objetivações sociais, como as relações jurídicas e o desenvolvimento artístico. Contudo, o fato de que nessas anotações o problema do desenvolvimento desigual no mercado mundial não esteja posto de forma clara, não significa que ele “não se encaixe no complexo de questões constituído pelo desenvolvimento desigual” (LUKÁCS, 2012, p. 383).

É fundamental para a desigualdade no desenvolvimento econômico geral o fato de que em condições que se apresentam como diversas em diferentes modos de produção, desde os primórdios da existência humana (condições geográficas, populacionais etc.), os respectivos grupos humanos (tribos, nações, classes etc.) apresentem diferentes aptidões para lidar com o desenvolvimento nas condições materiais de produção, isto é, promovê-lo (*Ibidem*, pp. 383-384). Nesse sentido, considerando-se sociedades que estão em contato, de maneira a experimentarem as mesmas relações sociais de produção (influenciando-se mutuamente), o que só acontece de fato (ao menos em escala global) no capitalismo, o desenvolvimento econômico deve apresentar forma diversa, segundo as diferentes “forças mediadoras” gestadas em longos processos históricos. A relação, portanto, entre o domínio da produção e as demais objetivações sociais é de mútua determinação.

No desenvolvimento desigual, expressa-se a heterogeneidade dos componentes de cada complexo e da relação recíproca desses complexos. Quanto mais desenvolvida, quanto mais social for a economia, tanto mais a heterogeneidade dos elementos naturais passa a segundo plano, transformando-se de modo cada vez mais declarado numa tendência à socialidade. Esse processo, contudo, supera a naturalidade, mas não as heterogeneidades (*Ibidem*, p. 384).

Ou seja, persistem, de alguma forma, nas revoluções relativas à disseminação das relações capitalistas de produção, as heterogeneidades relativas aos diversos modos de produção prévios e que foram dissolvidos nesse processo. Os grupos que se colocavam em disputa pelo poder na formação social prévia e os novos grupos que se formam a partir dessas transformações têm de lidar com situações inteiramente novas

que decorrem em parte da estrutura que se dissolve e em parte das novas determinações sociais. Nesse processo desenvolvem-se instituições burguesas cujas singularidades expressam esses novos conflitos⁵, engendrando, por conseguinte, uma forma singular de desenvolvimento econômico capitalista. Portanto, as legalidades relativas ao modo burguês de produção, expressas na lei do valor, ao invés de negadas, afirmam-se necessariamente de maneira desigual no âmbito do mercado mundial. Em outras palavras, a desigualdade no desenvolvimento econômico entre diferentes países inseridos no mercado mundial é a forma necessária de manifestações das tendências gerais relativas ao modo de produção capitalista.

Assim, nos parecem equivocadas as afirmações de que Marx teria defendido a férrea necessidade do desenvolvimento capitalista, aos moldes do caso inglês, como condição para a revolução socialista nos países periféricos, mesmo que em apenas um certo período de sua vida. No que diz respeito à teoria da história, a análise dos textos acima citados revela serem falsas as acusações de determinismo, “etapismo” ou perspectiva unilinear para o desenvolvimento histórico imputadas ao legado teórico de Marx, desde o início de sua produção teórica.

Marx e o mundo colonial/periférico: uma nova mirada

Neste sentido, a nosso ver, autores tão importantes como Kohan (2003) e Aricó (1982), entre outros, deixam de situar os textos que analisam no contexto da obra de Marx como um todo, ou o fazem de maneira incompleta. Tomando em conjunto os escritos de Marx, do início de sua produção intelectual ao final de sua vida (e não apenas os textos sobre economias pré-capitalistas e periféricas), o que se percebe é uma notável unidade temática – a crítica à forma de dominação abstrata que caracteriza a sociedade capitalista e se consuma em uma fratura específica de classes –, metodológica – a dialética como método adequado para analisar um objeto que se define pelo seu próprio movimento peculiar – e com relação aos pressupostos fundamentais de sua análise científica, em especial, a noção de desenvolvimento histórico.

No que toca mais diretamente a este artigo, a unidade na teoria da história de Marx comprova-se, por exemplo, quando, em resposta à resenha publicada na revista russa *Otechestvennye Zapiski* que menciona *A assim chamada acumulação primitiva* (capítulo XXIV de *O Capital*) para imputar a seu autor a tal perspectiva “etapista” da

história, Marx afirma que seu crítico “tem a necessidade de metamorfosear totalmente o meu esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos os povos, independentemente das circunstâncias históricas nas quais eles se encontrem [...]” (MARX & ENGELS, 2013, p. 68). Ou ainda, quando inquirido diretamente sobre se a comuna rural russa poderia desenvolver-se “pela via socialista” ou se sua dissolução seria um passo necessário neste sentido, tal qual na Europa ocidental, Marx esboça a seguinte resposta:

Do ponto de vista histórico, o único argumento sério a favor da *dissolução fatal* da comuna de *camponeses russos* é este: quando muito, se encontra em toda parte na Europa ocidental um tipo mais ou menos arcaico de propriedade comum; ela desapareceu totalmente com o progresso social. Por que ela escaparia a esse mesmo destino tão somente na Rússia? Respondo: porque na Rússia, graças a uma combinação de circunstâncias únicas, a comuna rural, ainda estabelecida em escala nacional, pode se livrar gradualmente de suas características primitivas e se desenvolver diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional. É justamente graças à contemporaneidade da produção capitalista que ela pode se apropriar de todas as *conquistas positivas* e isto sem passar por suas vicissitudes desagradáveis. A Rússia não foi vítima do mundo moderno, tampouco foi vítima de algum conquistador estrangeiro, como o foram as Índias Orientais (*Ibidem*, pp. 89-90).

É notória a noção de que o desenvolvimento capitalista é desigual, dadas as diferentes condições estruturais gerias de cada região. A referência final à Índia na citação acima nos permite a retomada do debate acerca dos escritos de Marx sobre o país. No artigo *Futuros resultados de la dominación británica en la India*⁶, de 1853, parece-nos que as formulações de Marx encaixam-se na noção ontológica de progresso já exposta. Lembremos que o desenvolvimento das forças produtivas é uma das condições (isto é, põe a possibilidade) para a crescente socialização humana, a essência desta noção de progresso.

Com esse sentido, Marx compreende que a conquista britânica da Índia, apesar de destruidora, era potencialmente regeneradora (MARX, 1981a, p. 48). A implantação de uma rede de linhas férreas no país, que naquele momento constituía ainda uma proposta da burguesia industrial seguindo os seus próprios interesses, produziria um

desenvolvimento necessário das forças produtivas pelo consequente desenvolvimento das trocas internas, por possibilitar incrementos na produtividade agrícola e pela necessidade da implantação de uma indústria acessória ao transporte ferroviário. Importa destacar a ênfase dada por Marx ao fato de que tais acontecimentos resultariam na quebra do isolamento que várias comunidades (as “*villagecommunities*”) dispostas em um vasto território guardavam entre si (*Ibidem*, p. 49). A quebra desse isolamento, com a consequente ampliação das relações sociais em extensão e variedade, coloca as condições para o “recuo das barreiras naturais” para o indianos e, portanto, para uma maior grau de socialização. Enfim, o “sistema ferroviario se convertirá por tanto en la India en un verdadero precursor de la industria moderna” (*Ibidem*, p. 51).

Deve-se atentar para o fato de que a burguesia estava involuntariamente oferecendo no início da década de 1850, tão somente, as condições materiais para uma nova sociedade, ao menos no que diz respeito à superação de sua condição de colônia britânica. A emancipação, reconhece Marx, não apenas depende “del desarrollo de las fuerzas productivas, sino de su apropiación por el pueblo” (*Ibidem*, p. 52). A apropriação dos frutos do desenvolvimento material pelo povo indiano pressupunha uma organização popular que fosse capaz de realizar uma revolução social para suplantiar a burguesia inglesa no país. Isto poderia ocorrer de duas formas: ou na própria Grã-Bretanha o proletariado derrotaria a classe dominante; ou os próprios indianos organizados “sean lo bastante fuertes para acabar de una vez y para siempre con el yugo británico” (*Ibidem*).

É preciso enfatizar que Marx, tão somente, aponta para um desenvolvimento potencial de realização incerta. Se nessa análise transborda certo otimismo militante, o reconhecimento *ex post*, em 1882, de que o imperialismo inglês “não impulsionou o povo indiano para frente, mas o empurrou para trás”, em nada contradiz a noção ontológica de progresso social sempre presente na teoria marxiana (MARX, 2013, p. 108). Isso tampouco significa que a dominação britânica fosse o único meio capaz de criar “regeneração social” para a Índia ou para qualquer outra economia periférica. É possível que as diferenças com relação às mencionadas análises sobre a Índia devam-se aos fatos de que nem o proletariado inglês derrotara a classe dominante em seu país, nem os indianos organizados foram capazes de fazê-lo na própria Índia, decorridos os quase trinta anos que separam os dois grupos de escritos. Notemos ainda que o caráter

contraditório desse desenvolvimento, que trazia, na análise de 1853, a possibilidade da regeneração social da Índia, é claro:

Pero lo que sí no dejará de hacer la burguesía es sentar las premisas materiales necesarias para la realización de ambas empresas. ¿Acaso la burguesía ha hecho nunca algo más? ¿Cuándo ha realizado algún progreso sin arrastrar a individuos aislados y a pueblos enteros por la sangre y el lodo, la miseria y la degradación? (MARX, 1981a, p. 52).

Podemos dizer que o progresso capitalista, necessariamente contraditório, possuía na análise acima exposta (e ainda possui), aspectos “civilizatórios” e “bárbaros”, nos termos amplamente usados nos principais meios de comunicação à época de Marx. Assim, a forma colonial que o desenvolvimento capitalista assumia na Índia daquela época e em diversos outros lugares do mundo, em diferentes períodos históricos (até hoje!), explicita a “profunda hipocrisia y la barbarie propias de la civilización burguesa” (*Ibidem*).

Ainda sobre o caráter de escritos como este, chamamos a atenção para o fato de que é consensual entre os adeptos da “ruptura” situar os escritos sobre a Irlanda a partir de meados de 1867 na suposta segunda fase do autor. Alguns como Aricó (1982), Galissot (1986) e Levrero (1979) chegam mesmo a situar na questão irlandesa o ponto de inflexão na obra de Marx no que diz respeito ao nosso tema. O motivo estaria no reconhecimento de que a libertação nacional irlandesa constituiria um passo necessário para a revolução na Inglaterra e, conseqüentemente, no continente europeu (GALISSOT, 1986, pp. 184-185). Ou seja, Marx teria se dado conta aqui do efeito que a luta das classes populares no país dependente pode exercer sobre a luta da classe trabalhadora do país central, situando a libertação nacional irlandesa como condição para a emancipação social do proletariado inglês (ARICÓ, 1982, pp. 54-55). De fato, em carta a Ludwig Kugelmann, de 29 de novembro de 1869, diz Marx:

Me he venido convenciendo más y más, y ahora hay que inculcárselo a la clase obrera inglesa, que ella no podrá hacer nunca nada decisivo aquí, en Inglaterra, mientras rompa de la manera más completa con su política irlandesa, con la política de las clases dominantes; mientras no haga causa común con los irlandeses y tome, incluso, la iniciativa para romper la Unión forzosa de 1801 y la reemplace con una confederación igual y libre (MARX, 1981c, p. 142).

Já apontamos que a libertação nacional da Índia em relação ao domínio britânico, segundo Marx em 1853, poderia surgir como resultado de uma revolução proletária na metrópole ou como obra dos próprios indianos organizados. Sobre outro país que guarda poucas semelhanças com a Irlanda, para além de sofrer o jugo do imperialismo britânico, a China, Marx tece também em 1853 considerações cujas similitudes ao caso irlandês nos parecem dignas de atenção.

Novamente em artigo publicado no NYDT, Marx escreve que das rebeliões populares na China que já duravam em torno de dez anos, e que àquele ponto se haviam forjado em uma “*revolución formidable*” – a Rebelião Taiping (como depois ficou conhecida), um subproduto da opressão inglesa materializada na Guerra do Ópio –, dependeria “*la próxima rebelión de os pueblos de Europa*” (MARX, 1981b, p. 9). Sumariamente, a questão era saber como a revolução que os ingleses levaram à China ecoaria na própria Inglaterra e, a partir dela, espalhar-se-ia pela Europa (*Ibidem*, p. 12), sem deixar de reconhecer que o apoio britânico, estadunidense e francês ao “imperador celeste” para conter a revolta teria o efeito de inflar o movimento chinês, que assim deveria adquirir um caráter de libertação nacional (*Ibidem*, pp. 15-17). Apesar de revelar certo otimismo (posteriormente abandonado) com relação aos possíveis resultados das crises econômicas, reminiscências de experiências históricas prévias, nenhum suposto “preconceito eurocêntrico” impediu Marx de conferir protagonismo à China na análise desta questão:

En estas circunstancias, como quiera que la industria y el comercio británicos han recorrido la mayor parte del ciclo económico ordinario, se puede augurar sin temor que la revolución China echará la chispa en la mina, presta a explotar, del presente sistema industrial y desencadenará la crisis general que hace tiempo se venía acumulando, la cual, cuando se propague al extranjero, será seguida inmediatamente de revoluciones políticas en el continente (*Ibidem*, p. 15).

Chamamos a atenção para estes fatos para jogar luz exatamente sobre o caráter geral desses textos. Isto é, trata-se de análises da conjuntura internacional, motivo pelo qual Marx fora contratado como correspondente do NYDT. É indubitável que esses textos ajudam na compreensão de aspectos importantes da teoria de Marx e de sua evolução intelectual. Contudo, eles devem ser julgados segundo o objetivo a que se

propunham, tendo por base a teoria marxiana como um todo. Bons ou ruins, corretos ou errados, a análise desses escritos deve ser feita de acordo com o que de fato são: textos que têm por objetivo a produção de avaliações conjunturais, as quais, apenas subsidiariamente, podem servir de meio para se compreender melhor aspectos gerais presentes em trabalhos explicitamente teóricos de seu autor.

Além do mais, tais posicionamentos devem ser sempre balizados pelas preocupações do próprio Marx tendo em vista as possibilidades de sucesso para os movimentos revolucionários, aonde quer que eles de fato existissem. Exatamente por isso, o campesinato, enquanto classe, que era considerado reacionário no *Manifesto Comunista* (1848), é tido como possível vanguarda em uma futura revolução proletária na Rússia do início dos anos 1880. A análise histórica das questões com as quais Marx defrontou-se, cotejadas por sua própria biografia de militante revolucionário, revelam que, em vez de mudança na perspectiva teórica subjacente, a evolução de seus escritos acompanha o desenvolvimento histórico e a mudança de suas avaliações a respeito das perspectivas para a revolução comunista internacional.

Deste ponto de vista, a análise da evolução dos escritos de Marx ao longo de sua trajetória intelectual denotam em vez daquela tal cisão, uma notável unidade comprovada pela incontestável perspectiva multilinear e não-determinista, no que diz respeito ao desenvolvimento histórico. Notemos que se existem diferenças nas avaliações contidas nestes textos, a evolução geral desses escritos não nega, pelo contrário, confirma, a convicção de Marx sobre a correção dos pressupostos teóricos cujos traços gerais foram apresentados já na década de 1840.

Mercado mundial em *O Capital*?

Não se pretende aqui negar que haja algum contraste entre os escritos de Marx sobre economias periféricas produzidos em diferentes épocas de sua vida intelectual, isto é, negar que neste quesito tenha havido importante evolução. Nem podemos deixar de notar que Marx, com certeza, aprofundara as posições teóricas precocemente fundamentadas, compreendendo melhor sua amplitude e complexidade. Muito menos se trata da defesa dogmática da correção a qualquer custo de sua teoria. Contudo, se queremos aproveitar a fecundidade do legado teórico marxiano para compreender a lógica do modo de produção capitalista que se apresenta, necessariamente, como

mercado mundial e, portanto, conforma complexas inter-relações entre países que nela se inserem de maneiras diversas, devemos nos perguntar sempre quanto aos objetivos que motivam cada um desses escritos e situá-los nesta obra como um todo. Mais especificamente, as considerações sobre o mercado mundial capitalista devem ser situadas na mais sistemática tentativa de compreensão das leis gerais que regulam o modo de produção capitalista elaborada por Marx, ou seja, *O Capital*.

O entendimento da categoria mercado mundial em Marx, como manifestação concreta da lei do valor no plano mundial, pressupõe a compreensão de importantes aspectos metodológicos subjacentes a *O Capital*. O esforço para se atingir o nível analítico considerado, pelo próprio autor, fora do escopo e pertencendo à eventual continuação de sua principal obra⁷, exige rigoroso entendimento da proposta de apresentação das leis gerais imanentes ao modo de produção capitalista nela contida.

No *Prefácio* à primeira edição de *O Capital*, Marx adianta, muito sucintamente, a maneira pela qual pretendia atingir seus objetivos (MARX, 2013, p. 78). Nas ciências naturais, diz Marx, é possível (pelo menos em certas circunstâncias) isolar em laboratório alguns elementos da realidade concreta a fim de que sejam analisadas suas determinações principais. No estudo das sociedades, no entanto, esta tarefa cabe à abstração mental. Ademais, se um corpo não revela de imediato suas partes componentes – de maneira que seu conteúdo aparece de modo mistificado –, importa principiar seu estudo a partir de suas células, a fim de se elucidar, desde as determinações mais simples, as cadeias causais que conformam o seu ser-precisamente-assim.

Esse método, descrito inicialmente na famosa *Introdução* de 1857 (mais especificamente no fragmento *Método da economia política*), pode ser resumido na expressão “concreto imediato – abstrato – concreto pensado (ou mediado por abstrações)”⁸. Assim, reconhece-se que se todo conhecimento parte das condições concretas da existência, a elucidação de suas conexões causais reais só pode ser feita em abstrato e o caminho da apreensão das complexas determinações que conformam objeto de estudo deve ser o da contínua “reaproximação” àquelas condições concretas de existência que devem ser explicadas. A capacidade explanatória, isto é, de expor o domínio causal por trás da imediatez dos fenômenos, é o critério de cientificidade adotado.

Sobre esse caminhar das determinações mais simples à constituição complexa da totalidade social (i.e., a “viagem de retorno”), fazem-se necessárias algumas observações. Inicialmente, deve-se ter claro que o ponto de partida não pode ser escolhido arbitrariamente, ao gosto da leitura que se pretende apresentar da realidade. Antes, a abstração inicial deve ser uma categoria central na respectiva formação social, portadora, ao menos *in nuce*, de determinações correspondentes a todos os momentos da totalidade desse ser social, que serão reveladas paulatinamente através da inserção de outros elementos da realidade concreta, em um processo de dissolução das abstrações e aproximação da real complexidade do ser. A escolha, como ponto de partida, da forma tipicamente capitalista do produto social, a mercadoria, obedece a esse critério na medida em que revela, de início, a determinação mercantil da sociabilidade capitalista cujo caráter estranhado lhe confere uma forma necessariamente fetichizada, e contém, como possibilidade, a negação do processo de acumulação de capital (i. e., as crises econômicas).

É preciso deixar claro que quando falamos em abstrações, não nos referimos a livres criações mentais que não têm compromisso com o objeto em análise. Em vez disso, trata-se de abstrações reais, isto é, de determinações da existência não idênticas à aparência imediata dos fenômenos, mas que nem por isso são irrealis ou “menos reais”. Na verdade, são momentos do real que transcendem o meramente empírico, apreendidos pelo pensamento, mas criados pela própria realidade social. É fácil perceber, por exemplo, como o trabalho abstrato, categoria fundamental na análise marxiana, é um momento real de homogeneização dos diversos trabalhos concretos através da troca de seus produtos e como o trabalho socialmente necessário apresenta-se para produtores de mercadorias, especialmente para os que não são capazes de acompanhar o ritmo do aumento de produtividade, com a “dureza ontológica da faticidade, digamos, de um automóvel que atropela uma pessoa” (LUKÁCS, 2012, p. 315).

Esse caminho de retorno à complexidade, “mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (MARX, 2011, p. 54), demanda, portanto, constante posicionamento crítico com relação à constituição concreta dos fenômenos em toda sua riqueza, a fim de que se possa compreender como suas forças internas entram em ação. Nas palavras de Lukács: “Tão só uma ininterrupta e vigilante crítica ontológica de tudo

o que é reconhecido como fato ou conexão, como processo ou lei, é que pode reconstituir no pensamento a verdadeira inteligibilidade dos fenômenos” (LUKÁCS, 2012, p. 306).

Nesse processo de reconstrução ideal da realidade material, faz-se necessária, portanto, a constante cooperação entre a gênese ontológica do objeto de estudo (o modo de produção capitalista), ou seja, o caminho da história, e o desenrolar lógico-dialético das categorias sociais, o caminho do conhecimento. Isso não significa, contudo, que esses dois caminhos coincidam. Em poucas palavras, *O Capital* não é um livro que resume os traços gerais do desenvolvimento histórico do capitalismo, a despeito de que em casos excepcionais, como o da gênese do dinheiro, as etapas historicamente decisivas correspondam à dedução lógico-dialética. Talvez o exemplo mais emblemático da questão para a qual estamos chamando a atenção seja o próprio mercado mundial.

Ao mesmo tempo em que considerava, corretamente, o surgimento do mercado mundial como fenômeno fundante do modo de produção capitalista⁹, Marx tinha nessa categoria o “ponto de chegada” de sua lei do valor. A esse respeito, é obrigatório lembrar que, ao final do supracitado *Método da economia política*, Marx anuncia que o quinto – e último – livro da obra para a qual o *Grundrisse* era um manuscrito de preparação seria sobre o “mercado mundial e as crises” (MARX, 2011, p. 61). Como se sabe, Marx abandonou esse plano original para sua obra magna sem, contudo, abandonar os preceitos metodológicos que o nortearam.

Com base nisso, Dussel (1988) afirma que a análise teórica contida nos três livros de *O Capital* não é suficiente para dar conta da questão das complexas inter-relações entre países que se inserem de modo diverso no mercado mundial. Dessa maneira, fazem-se necessários importantes passos lógico-categoriais até que se possa tratar das relações de dependência/imperialismo em nível geral e, posteriormente, dos casos particulares e singulares (DUSSEL, 1988, pp. 313-330). Tal constatação corresponde rejeição pura e simples da postura, muito em voga no âmbito do marxismo, de que o conjunto de textos publicados sob o título de *O Capital* seria suficiente para dar conta da sociedade capitalista em toda a sua complexidade, restando apenas a tarefa de aplicar aquelas descobertas científicas à realidade sócio-histórica que se pretende analisar.

Considerações finais

Em suma, argumentamos pela invalidade da tese que postula a existência de uma ruptura na obra de Marx no que diz respeito à forma como o autor trabalhou questões relativas ao mundo colonial, às nacionalidades, às sociedades pré-capitalistas e à relação entre centro e periferia. Acreditamos que os aspectos teóricos fundamentais que devem nortear a análise das possibilidades de desenvolvimento de economias não tipicamente ocidentais já estavam presentes em trabalhos anteriores à suposta “ruptura”. Desta forma, a evolução dos escritos de Marx sobre economias periféricas denota a plena adequação de suas análises conjunturais aos princípios teóricos que conformam o materialismo histórico, a despeito do fato de que as avaliações contidas naqueles escritos muitas vezes se provaram equivocadas.

Ademais, defendemos que se, por um lado, a obra marxiana oferece elementos fundamentais para a compreensão da realidade periférica e dos determinantes das relações internacionais de imperialismo e colonização, por outro, o tratamento completo dessas questões não pode prescindir de um esforço teórico conjunto cuja dificuldade só não é maior que sua importância. O retorno à *crítica da economia política* não é a única tarefa que se apresenta; importa dela ir-se além.

Referência bibliográfica:

- ANDERSON, K. *Marx at the margins*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
- ARICÓ, J. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- CARCANHOLO, M. D. “O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência”, *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro: Editora EPSJV, v. 11, n. 1, pp. 191-205, jan./abr., 2013.
- DUSSEL, H. *Hacia un Marx desconocido*: Un comentario de los Manuscritos del 61-63. Iztapalapa: Siglo XXI, 1988.
- _____. *A Produção Teórica de Marx*: Um comentário aos Grundrisse. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ENGELS, F. *Discurso ante la tumba de Marx*. Digitalización por José Ángel Sordo para el Marxists Internet Archive, 1999. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/m-e/1880s/83-tumba.htm>
- FERREIRA, C. et al. *Padrão de reprodução do capital*: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.
- GALISSOT, R. “Nação e nacionalidade nos debates do movimento operário”. In: HOBBSAWM, E. *História do Marxismo IV*: o marxismo na época da Segunda

- Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- HEINRICH, M. "Engels' Edition of the Third Volume of Capital and Marx's Original Manuscript", *Science & Society*, Nova York: Guilford Publications, vol. 60, n. 4, pp. 452-456, 1997.
- KOHAN, N. *Marx en su (Tercer) Mundo: hacia un socialismo no colonizado*. Fundación Caracas: Editorial el Perro y la Rana, 2003.
- LEVRERO, R. "Marx, Engels y la Cuestión Nacional". In: *Marx y Engels, Imperio y Colonia. Escritos sobre Irlanda*. México, D. F.: Cuadernos de Pasado y Presente, 1979.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo editorial, 2012.
- MARX, K. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- _____. *O Capital*, Livros II e III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- _____. *As lutas de classe na França*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- _____. *O Capital*, Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- _____. "La dominación británica en la India". In: MARX, K. & ENGELS, F. *Acerca del colonialismo*. Moscú: Editorial Progreso, 1981.
- _____. "Futuros resultados de la dominación británica en la India". In: MARX, K. & ENGELS, F. *Acerca del colonialismo*. Moscú: Editorial Progreso, 1981a.
- _____. "La revolución en China y en Europa". In: MARX, K. & ENGELS, F. *Acerca del colonialismo*. Moscú: Editorial Progreso, 1981b.
- _____. "Carlos Marx a Luis Kugelmann, 29 de noviembre de 1869". In: MARX, K. & ENGELS, F. *Acerca del colonialismo*. Moscú: Editorial Progreso, 1981c.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- _____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- _____. *Luta de Classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- NETO, P. L. C. "A ideia de história e de Oriente no último Marx". In: DEL ROIO, M. *Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros*. Marília: Cone Editora, 2008.
- OVERBEEK, H. & SILVA, P. "Marx y el Tercer Mundo", *Revista Mexicana de Sociología*. Ciudad de México: UNAM, vol. 48, nº 1, pp. 115-134, 1986.
- VALENCIA, A. S. *América Latina: de crisis y paradigmas. La teoría de la dependencia en el siglo XXI*. México, D. F.: Plaza y Valdés, 2005.
- ZEA, L. "Visión de Marx sobre América Latina", *Nueva Sociedad*, Buenos Aires: Fundación Friedrich Ebert, nº 66, Mayo -Junio, pp. 59-66, 1983.

¹ A este respeito: Carcanholo (2013); Ferreira et al. (2012); Valencia (2005).

² À exceção de uma breve viagem à Argélia em 1882, pouco antes de falecer.

³Por exemplo, enquanto Kohan (2003), Dussel (2012) e Anderson (2010) concordam que o conhecido *Formas que precederam a produção capitalista*, contido nos *Grundrisse*, (Marx, 2011, pp. 388-423) conteria claras evidências do “novo Marx”, Aricó (1982), Galissot (1986) e Levrero (1979) situam a “virada” nos escritos sobre a Irlanda.

⁴ Segundo Kohan: “Antes del viraje, como vimos, Marx lanza sus diatribas contra el colonialismo inglés en el orden ético, pero lo justifica en función del “progreso” histórico, supuestamente expandido por el capital del Occidente europeo. Luego del viraje, en cambio, su planteo se radicaliza notablemente, al punto de cuestionar, no solo desde un marco de referencia ético y moral, sino también desde el punto de vista histórico y económico la supuesta progresividad del imperialismo y la expansión europea” (KOHAN, 2003, p. 244).

⁵ Por exemplo, quando, nos textos que compõem o *As lutas de classes na França*, Marx analisa o Estado que emerge após as revoltas de 1848, fica claro que sua forma expressa, ainda que de maneira mistificada, o conflito de classes que ali se estabelece. “Quando se tratou de sustentar a *forma* da república burguesa, eles puderam dispor dos votos dos republicanos democráticos, mas quando se tratou do seu *conteúdo*, nem mesmo o seu modo de falar os distinguiu das facções burguesas monarquistas, porque os interesses da burguesia, as condições materiais de seu domínio classista e de sua exploração classista e de sua exploração classista perfazem o conteúdo da república burguesa” (MARX, 2012, p. 69 [itálicos do original]). O Estado, portanto, é uma esfera dotada de autonomia relativa, que expressa as singularidades e particularidades de arranjos específicos entre as classes, e cujas políticas exercem influência sobre o desenvolvimento econômico.

⁶ Esse texto é sempre muito lembrado em função do seguinte trecho: “Así pues, la India no podía escapar a su destino de ser conquistada y toda su historia pasada, en el supuesto de que haya tal historia, es la sucesión de las conquistas sufridas por ella. La sociedad hindú carece por completo de historia [...]” (MARX, 1981a, p. 47). A esse respeito, cabe rememorar uma passagem bem menos comentada, extraída de *A Ideologia Alemã*. Discorrendo sobre a relação entre a história da humanidade e o desenvolvimento das forças produtivas e das formas de intercâmbio, diz o autor sobre a Alemanha de Frederico Guilherme IV: “Mas é claro, também, que na Alemanha é impossível escrever tal história [da indústria e das trocas], pois aos alemães faltam não apenas a capacidade de concepção e o material, como também a ‘certeza sensível’, e do outro lado do Reno não se pode obter experiência alguma sobre essas coisas, pois ali já *não ocorre mais nenhuma história*” (MARX & ENGELS, 2007, p. 34 [itálicos inseridos]). Nesta, como na passagem anterior, parece-nos que a “ausência de história” só pode ser entendida como referência ao desenvolvimento das forças produtivas, e não a todas formas de objetivação humanas. No caso da Índia, esse momento condicionante do desenvolvimento social geral colocava-a como fácil presa para a dominação britânica.

⁷ “O fenômeno analisado neste § requer para seu pleno desenvolvimento o sistema de crédito e a competição no mercado mundial... Essas formas mais definitivas da produção capitalista podem 1) apenas serem apresentadas, contudo, após ter-se entendido a natureza geral do capital, e 2) elas não estão contidas no escopo deste trabalho e pertencem a sua eventual continuação” (MARX, apud: HEINRICH, 1997, p. 462).

⁸ “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento” (MARX, 2011, pp. 54-55).

⁹ “Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias – o comércio – formam os pressupostos históricos a partir dos quais o capital emerge. O comércio e o mercado mundiais inauguram, no século XVI, a história moderna do capital” (Marx, 2013, p. 223).